

A energia do Brasil está em nossas mãos

Energia Alerta

www.urbanitariosdf.org.br

O Jornal do Sindicato

Sindicato dos Urbanitários no Distrito Federal - Janeiro de 2021 - Ano 10 - Edição Especial

Filiado à CUT e Furcen



RETROSPECTIVA

2020

EDITORIAL

P.2

Por um Brasil soberano, resistiremos

PRIVATIZAÇÃO

P.4

Mobilização em defesa da Eletrobras pública

PRIVATIZAÇÃO

P.5

Uma luta histórica em defesa da CEB Pública

MOBILIZAÇÃO

P.7

Campanha denuncia prejuízos causados ao setor público

PALAVRA DO STIU-DF

Por um Brasil soberano, resistiremos

2020 vai entrar para a história como um dos anos mais difíceis da vida moderna. O cenário de uma pandemia global, que não terminou, alterou a vida que conhecíamos. Economia em baixa, desemprego, um governo que desdenha de tão difícil momento. A falta de consciência coletiva coloca o Brasil novamente no quadro de gravidade com relação ao COVID. Brasília não é diferente.

Alinhado à política do governo federal, o GDF resolveu ignorar as medidas protetivas. Como os momentos de crise favorecem aos oportunistas, tanto o Governo Federal

quanto o GDF resolveram apontar suas armas para as empresas estatais. Com o falso discurso de que se privatizar melhora, e que o dinheiro arrecadado ajudará a superar a crise, leiloaram ilegalmente a CEB.



Seguiremos juntos, em busca de um Brasil soberano, próspero e igualitário.



No caso do Sistema Eletrobras, ao não conseguirem concretizar os planos de privatização, os ataques são internos. Alteração no plano de saúde, mais demissões, sucateamento das empresas, retirada de direitos

históricos é o cenário que enfrentam as empresas representadas pelo STIU-DF.

Tivemos vitórias importantes, sem dúvida, mas a determinação de acabar com as nossas empresas, e com a classe trabalhadora, segue a todo vapor. 2021 será um ano ímpar. Vamos lutar para reverter o leilão ilegal da CEB. Continuaremos resistindo contra a privatização do Sistema Eletrobras. Seguiremos defendendo cada um dos nossos trabalhadores que deu sua vida para que CEB, Eletrobras, Eletronorte, Furnas e ONS sejam as empresas referências que chamam a atenção e despertam a cobiça dos interesseiros de plantão.

Seguiremos juntos, em busca de um Brasil soberano, próspero e igualitário.

Boa leitura!



Sindicato dos Urbanitários no Distrito Federal
Filiado à CUT e à Furcen

 facebook.com/sindicato.urbanitarios

 instagram.com/urbanitariosdf

 twitter.com/urbanitariosdf



 facebook.com/EnergiaNaoEMercadoria

 instagram.com/energianaoemercadoria

 twitter.com/EnergiaNMercado



 facebook.com/CEBPublica

 instagram.com/CEBPublica

 twitter.com/CEBPublica

EXPEDIENTE

STIU - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Distrito Federal

Sede: SCS - Quadra 6 - Bloco A - Edifício Arnaldo Vilares - 7º andar - CEP: 70324-900

Jornalista Responsável: Roberta Quintino

Design e Diagramação: André Gouveia

Fotos: Assessoria de Comunicação do STIU-DF

Contato: comunicacao@stiudf.org.br

Diretoria Colegiada: Alairton Gomes de Farias, Aline Rodrigues de Oliveira, André Luis dos Santos, Arthur Emílio Oliveira Caetano, Carlos Roberto Carvalho Campos, Carlos Yassuo Sudo, Cleiton Moreira de Faria, David Gomes de Oliveira Santos, Edgar Mendes Oliveira, Edy Carlos Dalóco, Elve Lucas Barbosa Cubas, Elvídio Cândido de Sousa Filho, Ernane Lima Alencar, Fabiola Latino Antezana, Flávio Henrique Gadbem Figueirôa, Francisco de Assis Moura dos Santos, Germiniano Lustosa Neto, Givaldo Romão da Silva, Hadiel Costa Miranda, Íkaro Chaves Barreto de Sousa, Josafá Oliveira Guimarães, José Daldegan Júnior, José Edmilson da Silva, Maria Luisa Nunes da Cunha, Maria Teresa Cortes Bona, Marizete das Dores Sousa, Roberto Lucena, Sidney Lucena Araújo, Victor Frota da Silva, Wandyr de Oliveira Ferreira.

Conselho Fiscal: Antônio Maria Claret Pires, Cleriston Machado Meira, Fernando Luiz Pereira Kamiguchi, Jaime Soares da Luz, Pascoal Pereira Andrade e Rivaldo Gomes de Alcantara.

CAMPANHA SALARIAL



ONS Teletrabalho e ACT

A pandemia da COVID-19 fez com que as negociações coletivas que o STIU-DF comandou fossem muito além da negociação do ACT 2020. Em março, o STIU-DF atuou para garantir o trabalho em home office e tal condição foi adotada para cerca de 85% do quadro de trabalhadores do ONS e os 15% restantes, trabalhadores da área de operação foram contemplados por ACT específico. A atuação do sindicato também garantiu a participação do diretor do STIU-DF, Ailton Andrade, em grupo de trabalho que discutiu proposta de política de Teletrabalho a ser implementada em todo o ONS.

O ACT que teve sua data base em 1º de setembro e foi uma dura negociação, avançou em relação aos anos anteriores, com reajustes nas remunerações, no tíquete alimentação e no auxílio educação; correção à 80% da faixa salarial para 90% dos trabalhadores que se encontravam abaixo desse nível salarial e a garantia de que, os 10% restantes serão reenquadrados ao longo dos próximos meses.

Consideramos que, diante das dificuldades dos processos negociais, conseguimos avanços em demandas importantes bem como a manutenção de todas as cláusulas do ACT do ONS.

Grupo Eletrobras Negociação da categoria segue em aberto

O processo negocial das empresas controladas pela Eletrobras referente ao novo Acordo Coletivo de Trabalho ainda não foi concluído. Após quase um ano de negociação, a empresa apresentou duas propostas, sendo uma rejeitada pela categoria por não atender as reivindicações dos trabalhadores. A proposta mais recente foi apresentada no dia 23 de dezembro e só vai a votação no mês de janeiro.

A estratégia da empresa é ceder de um lado e atacar de outro. Para garantir a inclusão da CGPAR 23, que piora o plano de saúde da categoria, a Eletrobras propôs a manutenção de todas as cláusulas. Além disso, a holding não abre mão da cláusula que restringe o número de empregados na empresa.

Cabe destacar, que é a primeira vez que a negociação do Acordo Coletivo dos trabalhadores da Eletrobras, Eletronorte e Furnas se estende por praticamente um ano.



CEB Greve impede retrocesso no ACT dos trabalhadores

Em defesa de um Acordo Coletivo de trabalho que atenda ao interesse da categoria, os trabalhadores da CEB se mobilizaram na luta por seus direitos. Dezembro foi marcado por movimento grevista que reivindicou, em especial, a permanência da cláusula 47º do ACT, que garante o direito de estabilidade dos funcionários, além de outros direitos fundamentais, como indenizações por morte e invalidez.

A defesa do ACT dos empregados da empresa, além de passar por negociação entre o sindicato e a direção da CEB, contou com a mediação do Ministério Público do Trabalho (MPT) e Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, no qual apresentou proposta que mantém, na íntegra, todas as cláusulas do ACT 2019/2020, até 28 de fevereiro de 2021, e abono dos dias parados. A data é o prazo limite para que o TRT julgue o dissídio de greve.

Um dos principais objetivos da greve foi resistir contra retrocessos no acordo coletivo da categoria, haja visto ser essa a agenda dos privatistas a frente da Companhia. Nesse sentido, considerando a possibilidade de mantermos as atuais cláusulas no julgamento do TRT, a greve da categoria foi necessária e vitoriosa.

PRIVATIZAÇÃO

Mobilização e articulação política em defesa da Eletrobras pública

Em 2020, o assunto privatização não saiu da pauta da mídia e do governo. Para Paulo Guedes e Bolsonaro, a entrega da Eletrobras é constante no projeto de desmonte das estatais brasileiras. Mesmo diante dos ataques, inclusive, do próprio presidente da Eletrobras, Wilson Pinto, a empresa permanece nas mãos do Estado.

Durante o ano, o CNE realizou uma série de denúncias sobre a atuação e declarações de Wilson Pinto, que provocaram especulações na Bolsa de Valores, beneficiado, a exemplo, o grupo 3G Radar, interessado na privatização da Eletrobras.

O isolamento social, imposto pela pandemia da Covid-19, não impediu que o Coletivo se reunisse virtualmente com deputados e senadores para discutir a suspensão da votação do PL da Eletrobras na Câmara dos Deputados.

Mais recente, os representantes dos trabalhadores da Eletrobras cobraram explicação para denúncia do presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Ele afirmou que a privatização da Eletrobras tem como privilegiar acionistas da empresa ligados a Paulo Guedes. Agora, os eletricitários exigem uma CPMI para investigar o assunto. Para 2021, a luta em defesa da Eletrobras pública permanece.



APAGÃO



No mês de novembro, o país acompanhou atentamente o apagão no Amapá. O estado ficou no escuro após um incêndio na principal subestação da região, controlada pela empresa Gemini Energy. O episódio, que deixou mais de 700 mil pessoas sem acesso à energia, escancarou a incompetência da iniciativa privada em setores estratégicos para o desenvolvimento do país e expôs, mais uma vez, a ineficiência das privatizações.

No entanto, o governo federal, diante de uma ocorrência tão emblemática, ainda insiste em levar adiante a tentativa de privatização da Eletrobras. O caso do Amapá, que afetou o fornecimento de água e as telecomunicações, que provocou prejuízos a comerciantes e a população em geral, é um alerta do que poderá acontecer com o país se concretizada a venda da empresa.

EM DEFESA DAS ESTATAIS



A CUT e entidades filiadas lançaram, no mês de dezembro, campanha publicitária em defesa das estatais. A luta contra as privatizações faz parte do esforço das entidades para mostrar à sociedade a importância das empresas estatais e também os serviços públicos prestados para a população em áreas essenciais como saúde, educação, previdência social, saneamento e energia elétrica. Além das redes sociais, a campanha será veiculada em TVs e rádios abertas.

PRIVATIZAÇÃO

Uma luta histórica em defesa da CEB Pública

Os trabalhadores e trabalhadoras da CEB enfrentaram um dos processos mais nefastos da história do DF, que é a tentativa de privatizar a distribuidora de energia da capital federal, sem ao menos submeter a matéria ao legislativo local.

Descumprindo decisão judicial, o governador Ibaneis e o presidente da empresa realizaram o leilão da CEB no dia 4/12, repetindo o gesto infame da batida do martelo, de triste memória dos brasileiros, com a satisfação de quem completou uma negociata e a entrega de patrimônio público à ganância de “investidores”.

O leilão ilegal passou por cima da decisão da desembargadora Fátima Rafael, da terceira turma cível do TJDF, que suspendia o certame com base no que dispõe, cris-

talmente, a lei orgânica do DF. Posteriormente, o presidente de STJ casou a liminar, sendo esse o enfrentamento judicial do momento para a categoria.

Os trabalhadores da CEB, porém, não ficaram apenas na luta jurídica. Foram para as redes sociais e para as ruas. Atos virtuais, audiências públicas, reuniões, panfletagens e inúmeras mobilizações integraram a agenda do STIU-DF na luta contra a privatização da estatal.

Uma campanha de ampla abrangência, em defesa da CEB Pública, contribuiu para disseminar e criar consciência coletiva nos brasilienses sobre o risco da privatização. Com o mote “Eu defendo a CEB pública”, a estratégia foi importante para dar maior visi-

bilidade ao processo, assim como para ampliar o apoio social à causa.

Nessa esteira, muitos atos com a participação de sindicalistas, parlamentares, trabalhadores e apoiadores da luta ocorreram na capital federal, principalmente, em frente à Câmara Legislativa e na Praça do Buriti. E apesar dos revezes na esfera judicial, a categoria não baixou a cabeça e foi à luta, ensejando que está preparada para continuar resistindo contra a privatização e desmonte do setor de distribuição de energia elétrica no DF.

Não há dúvida de que, a despeito do poder e da tropa de choque montada pelo governo Ibaneis com a mídia, empresários, políticos e máquina pública, os urbanitários do DF venceram o debate sobre a viabilidade e importân-

cia da CEB Pública. Não à toa, os privatistas querem impedir a discussão na CLDF. Graças aos trabalhadores e trabalhadoras da CEB, a população brasiliense sabe que a privatização significará piora dos serviços, apagões e elevação da conta de luz.

A categoria conseguiu também mobilizar uma frente suprapartidária de parlamentares, que não ficou só no discurso. Dessa articulação, surgiram diversas medidas judiciais, nas diferentes instâncias, visando impedir a venda da CEB. Registra-se aqui a atuação das deputadas Érika Kokay e Paula Belmonte, do deputado federal Prof. Israel e dos senadores Izalci, Reguffe e Leila Barros. Na Câmara Legislativa do DF, os urbanitários contaram com a sempre aguerrida atuação dos deputados Chi-

co Vigilante, Fábio Félix, Reginaldo Veras, Leandro Grass e Arlete Sampaio. Importante registrar também que várias entidades da sociedade civil vêm apoiando a luta dos trabalhadores contra a privatização da CEB, participando dos atos e organizando debates nas redes sociais.

A luta continuará firme, sempre na defesa da CEB Pública e de um serviço de distribuição de energia pautado na qualidade e modicidade tarifária. A população do DF não pode pagar a conta dessa irresponsabilidade de Ibaneis. Energia elétrica não é mercadoria. É um bem fundamental necessário às pessoas, ao desenvolvimento socioeconômico e à qualidade de vida.

Nesta perspectiva, lutaremos. A CEB é do povo do Distrito Federal.



Ações reforçam parceria entre urbanitários

A Federação Nacional dos Urbanitários - FNU, Federação Interestadual dos Trabalhadores Urbanitários nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Distrito Federal (FURCEN), Confederação Nacional dos Urbanitários (CNU), se manifestaram, por meio de nota de repúdio, assinada por mais de 50 entidades, contra medida do Governo Federal que exclui os serviços de saneamento da lista de “serviços essenciais do país”. Por meio da nota, o grupo exigiu, também, o arquivamento do PL 162/2019, que objetiva a privatização do setor somente para atender aos interesses das empresas privadas.

Manifesto em defesa da CEB pública

Além disso, as entidades apoiaram manifesto da sociedade brasileira em defesa da CEB pública. O documento afirma que a energia elétrica é um bem essencial para a vida moderna e fundamental para o desenvolvimento econômico, a educação, a saúde e indispensável para que as famílias possam ter uma vida com um mínimo de dignidade em seus lares.

Encontro Nacional dos Urbanitários



Outro importante momento de 2020 foi o 10º ENU - Encontro Nacional dos Urbanitários, realizado em Salvador (BA), em janeiro de 2020. O evento contou com a participação expressiva de trabalhadores dos setores elétrico, saneamento, gás e meio ambiente e a presença de importantes personalidades. A pauta do evento contemplou discussões sobre campanhas salariais e privatização das empresas do setor elétrico e saneamento.

CNU celebra um ano de fundação

Em 18 de dezembro, a Confederação Nacional dos Urbanitários celebrou um ano de fundação. O evento contou com a participação de importantes dirigentes sindicais, como ex-presidente da CUT, Vagner Freitas e de lideranças das federações regionais.

Durante o evento, que marcou o primeiro aniversário da entidade, o presidente da CNU destacou que a unidade em torno da entidade vai fortalecer as lutas que são muitas. Durante o ano de 2020, foi iniciado o processo de transição da FNU para a CNU. É de responsabilidade da Confederação absorver as tarefas e a agenda política nacional dos urbanitários, preservar o acervo político da FNU, conquistado ao longo dos últimos 30 anos em prol da luta contra a privatização dos serviços públicos e as políticas neoliberais em geral e contribuir com a elaboração dos marcos regulatórios dos setores de energia e saneamento.

Ato defende a soberania nacional



Em defesa do patrimônio brasileiro, autoridades políticas, lideranças e movimentos sociais, além de artistas e intelectuais, realizaram, em 3 outubro, um dia nacional de luta. A data, que marcou o aniversário de 67 anos da Petrobrás, contou com ato virtual pela Soberania Nacional e apoio de entidades como a Frente Brasil Popular e o Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas.

Além de comemorar o aniversário da Petrobrás, o objetivo do evento foi destacar a necessidade de defesa da soberania nacional, das estatais, do funcionalismo público, da saúde e da educação pública e contra a reforma administrativa.

Campanha denuncia prejuízos causados ao setor público

Em setembro de 2020, a CUT e centrais sindicais lançaram Campanha Nacional em Defesa das Estatais e do Serviço Público, por meio da realização de atos presenciais e virtuais, organizados em diversos locais do país.

O objetivo da ação foi denunciar à sociedade os prejuízos causados pelo processo de destruição do setor público brasileiro pelo governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL), que pretende privatizar estatais estratégicas para o Brasil, ao mesmo tempo em que ataca servidores e sucateia o serviço público prestado à população.

Para saber, a proposta de Emenda Constitucional da reforma administrativa (EC 32), que Bolsonaro enviou ao Congresso, faz com que os serviços públicos passem para as mãos de Organizações Sociais (OS) e outros instrumentos que estão previstos em Lei que precarizam o trabalho e baixam a qualidade dos serviços prestados ao povo.